

A REINVENÇÃO DA ECONOMIA POPULAR, UMA PROPOSTA DE ESTUDO E REFLEXÕES METODOLÓGICAS**THE REINVENTION OF THE POPULAR ECONOMY, A PROPOSAL FOR A STUDY AND METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS**Vinícius Ferreira Pinto Vasconcelos¹Lívia de Araújo Rodrigues²**RESUMO**

Este artigo tem como proposta de objeto de estudo o comércio popular do bairro Alcântara no município de São Gonçalo (RJ), levando-se em consideração o crescimento acentuado da informalidade e da precarização do trabalho na economia urbana das regiões metropolitanas. Pretendemos a partir das práticas espaciais e organizacionais dos principais agentes sociais do comércio popular desse centro, sobretudo os camelôs, feirantes e “novos informais”, compreender como eles se adaptam às condições impostas pela política neoliberal. Buscar-se-á analisar em que medida esses atores têm se apropriado da ampla oferta de crédito para consumo, descrever a luta pelo direito ao trabalho nas ruas da cidade, bem como se desenvolvem formas de solidariedade socioespacial. Objetiva-se em termos metodológicos, trabalhar com técnicas de observação participativa, entrevistas semiestruturada, revisão bibliográfica, cartografia social e ferramentas de geoprocessamento. Assim, lançar luz sobre as categorias de trabalhadores invisibilizados por órgãos de pesquisa, identificar suas reivindicações face ao Estado, ampliar a visão dos territórios populares e contribuir na elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: Economia popular; Comércio de rua; Crédito para consumo; Precarização do trabalho.

ABSTRACT

This article proposes as an object of study the popular commerce of the Alcântara neighborhood in the city of São Gonçalo (RJ), considering the accentuated growth of informality and the precariousness of labor in the urban economy of metropolitan regions. Starting from the spatial and organizational practices of the main social actors of popular economy in this center, we want to understand how they adapt to the conditions imposed

¹Doutorando em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR / Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ. Mestre em Geografia / UFF / Universidade Federal Fluminense. viniciusfpv2@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2901-2577>

²Mestre em Geografia / UFF / Universidade Federal Fluminense. liviageouff@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6271-6694>

by neoliberal policies. We will analyze the extent to which these actors have appropriated the wide supply of credit for consumption, describe the struggle for the right to work in the streets of the city, as well as whether they develop forms of socio-spatial solidarity. Methodologically, we will work with participatory observation techniques, interviews, literature research, social cartography and geoprocessing tools. Thus, observing the categories of workers made invisible by research institutes, identifying their claims vis-à-vis the State, increasing the vision of popular territories and contributing to the development of public policies.

Keywords: Popular economy; Street commerce; Consumer credit; Precarity of labor.

INTRODUÇÃO

Já vivíamos uma crise socioeconômica mesmo antes da crise sanitária desencadeada pelo novo Coronavírus. O “novo normal” traz à luz e potencializa o colapso das políticas públicas, sobretudo quando percebemos o aprofundamento da precarização das relações de trabalho no ambiente urbano. Sendo assim, seria a informalidade o “novo normal”?

Ao direcionarmos o nosso olhar para os espaços de comércio popular nas grandes metrópoles, nos deparamos com o inchaço das atividades informais. Nesse sentido, diversos trabalhadores que tinham ocupação regular com carteira assinada e direitos formais, sem conseguir se recolocar no mercado de trabalho, migram para tentar sobreviver na informalidade da economia urbana. Esse movimento reflete também a perda de poder estrutural da classe trabalhadora e os lança, em termos ocupacionais, em situação de vulnerabilidade. (PRONI; GOMES, 2014).

Diante das mudanças no mundo do trabalho no período atual da globalização, a qual vem acompanhada do aprofundamento da informalização das relações trabalhistas em todos os setores, Braga (2017) propõe a utilização do conceito de precariado. De acordo com o autor, o precariado é a faixa da classe proletária mais afetada pelo espólio dos direitos trabalhistas. Esses sujeitos sociais estariam mais expostos às situações degradantes no ambiente de trabalho, pois sentem de forma mais aguda a situação precária de trabalho e de vida. Nessa perspectiva, o precariado urbano se configura como uma das bases na qual se assenta a expansão capitalista na atualidade.

Longe de uma agenda de bem-estar social, o comércio popular informal de grandes metrópoles brasileiras se torna o destino de boa parte dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho dito formal. Logo, é no circuito inferior da economia urbana que o trabalhador irá buscar desenvolver atividades laborais para a sobrevivência familiar (ARROYO, 2008). E assim, uma numerosa parcela da população amplia os índices de taxas de ocupação informal, cada vez mais expressiva nas regiões metropolitanas.

De acordo com dados recentes divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis na Folha de São Paulo (2020), a taxa de informalidade apresenta-se superior à taxa da população ocupada em diversos estados brasileiros. No ano de 2019, a informalidade atingiu 41,1%, seu maior nível desde 2016, sendo o trabalho informal a principal ocupação da população em 21 estados. Segundo a analista da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), Adriana Beringuy, “em praticamente todo o país, quem tem sustentado o crescimento da ocupação é a informalidade”. A magnitude que a precarização do trabalho urbano atingiu, a qual evidencia o crescimento do circuito inferior absorvente dessa massa de desempregados, pode ser interpretado como a manifestação da pobreza estrutural no país?

Refinando a análise para um recorte espacial específico em que essa precarização se revela latentemente, chegamos ao bairro Alcântara (mapa abaixo), situado no município de São Gonçalo (RJ), cidade constituinte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde 1974. Alcântara recebeu esse nome em homenagem ao Imperador Dom Pedro de Alcântara. Sua formação socioespacial está relacionada com o encontro de uma linha férrea e a construção da rodovia estadual RJ-040 (BRAGA, 2006).

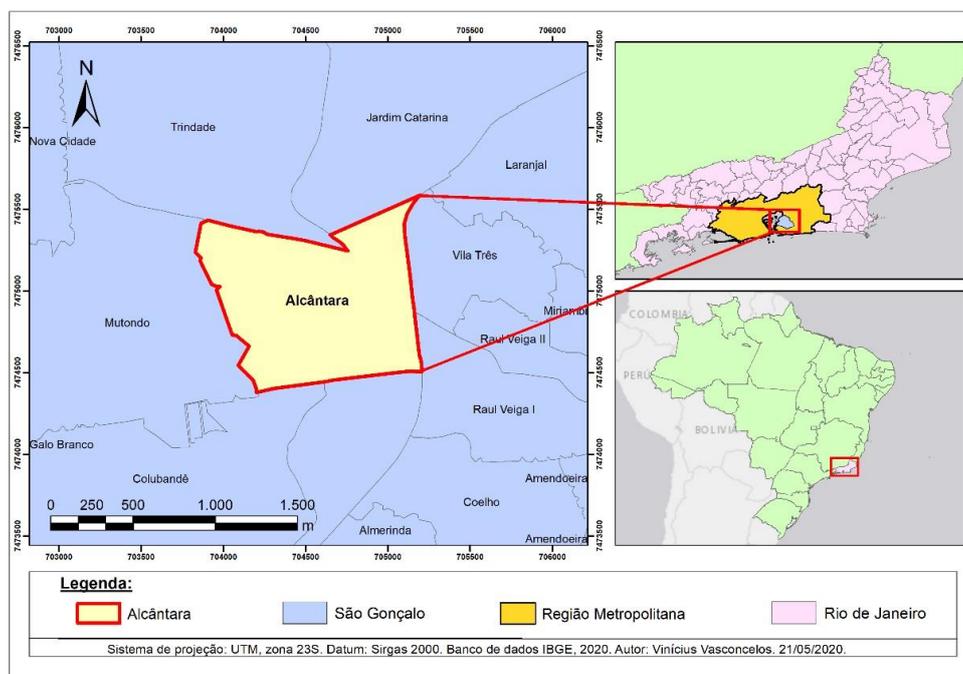


Figura 1. Mapa de localização: bairro Alcântara no município de São Gonçalo, Região Metropolitana – RJ. Fonte: Autores (2020).

Ponto de encontro de comércio e serviços, o bairro Alcântara foi ampliando sua centralidade também em associação ao desenvolvimento urbano-industrial do município de São Gonçalo, que no passado, antes do esvaziamento industrial entre as décadas de 1940 e 1970, recebia a alcunha de *Manchester Fluminense* (ARAÚJO; MELO, 2014). Como demonstrou Viana (2019, p. 27), Alcântara fez parte da “expansão urbana radial do território gonçalense”, isso trouxe novos conteúdos de urbanização para o bairro, como a construção de edifícios habitacionais, conexões por meio de infraestrutura rodoviária e o adensamento populacional.

Mesmo com o recuo da atividade industrial no município de São Gonçalo, de modo geral, o bairro Alcântara seguiu seu processo de expansão apoiado nas formas comerciais. Com o desenvolvimento da produção têxtil e manufaturas na década de 1980, o bairro reforça sua vocação enquanto polo comercial e passa a assistir à chegada acentuada de camelôs e ambulantes. Muitos continuam a viver do comércio popular no bairro até hoje.

Como Antônio Lima, 57 anos, que chegou na feira em 1981, feirante há 35 anos, se especializou na comercialização de produtos nordestinos.³

O fato é que o desenvolvimento efetivo do centro comercial de Alcântara também se deve a uma feira que se formou na década 1960, a famosa “Rua da Feira” (Rua João Caetano), a qual acontece todos os domingos⁴, e foi fortalecida por relações comerciais estabelecidas por pequenos produtores rurais. Dessa primeira experiência comercial, a tradicional feira continua ocorrendo todos os domingos em torno do comércio de rua. O centro de Alcântara tornou-se um forte polo de comércio local, congregando densamente as atividades do considerado setor “formal” (grandes empresas, *shoppings*, entre outros) e “informal” da economia urbana.



Figura 2. Centro comercial de Alcântara, São Gonçalo – RJ.

Fonte: Autores (2020).

Atualmente, do acordo como a Associação Comercial, Empresarial, Industrial e Rural de Alcântara (ACEIRA, 2018), o bairro Alcântara é um dos principais centros comerciais do Rio de Janeiro, possui 2,1 mil pontos de atividade econômica e estima-se 18 mil empregos diretos mantido pelas lojas do comércio considerado formal. O conflito territorial entre

³ Disponível em: < <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/18952/rua-da-feira-faz-bodas-de-ouro>>. Acesso em: 10/07/2020.

⁴ Disponível em: <<https://www.osaogoncalo.com.br/geral/18952/rua-da-feira-faz-bodas-de-ouro>>. Acessado em: 22/08/2020.

lojistas e camelôs, recorrentemente, se manifesta pela disputa por posicionamento de suas barracas espalhadas pelas ruas, viadutos, becos e tem se agravado com o incremento de ambulantes considerados irregulares. Segundo a ACEIRA, o comércio popular e a informalidade sofreram alargamento motivado pelos índices de desemprego, que inclusive passou a receber ambulantes irregulares vindos de outros municípios. Gerando uma série de tensões e disputas quanto ao uso do território envolvendo a Prefeitura de São Gonçalo, lojistas e camelôs.

Diante disso, interroga-se: quais são as práticas espaciais adotadas pelos trabalhadores da economia popular (ambulantes, camelôs, feirantes e “novos informais”) do centro de Alcântara? Como se dá a relação comercial entre o circuito superior e inferior da economia nesse recorte espacial? Como se inserem os “novos informais” na divisão territorial do trabalho? Que tipo de tecnologias e formas organizacionais são absorvidas pelos agentes da economia popular?

A partir desses questionamentos, tendo em vista essa realidade que tende a se exacerbar, admite-se como questão central de investigação desse trabalho a compreensão das bases de reprodução das atividades do circuito inferior no espaço urbano em contraponto às condições impostas pela política neoliberal. Diante disso, torna-se relevante investigar como este setor tem se apropriado da ampla oferta de crédito para consumo e os mecanismos de financiamento disponíveis por diversos agentes financeiros, já que outrora este circuito seria caracterizado pelo pouco acesso ao crédito (SANTOS, 2008). Outro ponto a ser observado, em face do crescimento do comércio popular, se esses agentes desenvolvem novas formas de solidariedade socioespaciais, indicando organizações colaborativas com objetivos de que não sejam necessariamente a geração de lucro.

Perante essas proposições, partimos da hipótese que há um significativo processo de reconfiguração do comércio popular e demanda dos agentes sociais que sobrevivem desse setor capacidade de mobilização, promovendo outras formas organizacionais no

espaço geográfico como estratégia de sobrevivência desses grupos e o estabelecimento de novas relações com o circuito superior econômico.

Em suma, devido as características que se constituíram historicamente no centro comercial do bairro Alcântara, encontramos a presença de diversos atores econômicos e sociais os quais podem nos ajudar a responder as questões levantadas. Ressaltamos a importância de ampliar a discussão acerca das dificuldades encontradas por essas categorias de trabalhadores, das suas experiências vividas e corpóreas, no intuito de superar a precariedade e as mazelas sociais.

De acordo com o presidente do Sindicato do Comércio Varejista Autônomo de Ambulantes e Feirantes de São Gonçalo, são 245 ambulantes licenciados na cidade, destes 136 atuam na “Rua da Feira”.

PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A VALORIZAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS

É possível perceber que essas designações no mundo do trabalho se alargaram junto ao processo de globalização econômico-financeira e tendem a alcançar todos os setores e postos de trabalho. Em sua pesquisa, Han (2015) parte de Foucault e do conceito de sociedade disciplinar para entender o momento atual, e para o mencionado autor, há uma ruptura, pois, a sociedade do século XXI não pode mais ser compreendida como uma sociedade disciplinar e sim como uma sociedade de desempenho. Essa variação, quando refletida nas relações trabalhistas, produziria um sujeito (trabalhador) que além de acreditar ser empreendedor de si mesmo, estaria firme em alguns pilares, como a maximização da produtividade e do desempenho no trabalho. Para Han (2015) essa nova condição, movida pela celeridade e pelo excesso de positividade, trouxe sérios prejuízos à condição subjetiva humana atrelada à superexploração do trabalho.

As análises e proposições teóricas de Polanyi (2021) parecem transcender ao tempo e dialogar com questões socioeconômicas atuais do mundo do trabalho. Essa nova sociedade a qual observara em seu tempo, erigida sob a tutela do livre-mercado autorregulado e do

Estado Liberal, mesmo sofrendo diversas “grandes transformações” ao longo do processo histórico, renova as formas de exploração e mercantilização. No momento presente, a economia de plataforma exemplifica essa lógica, pois arrasta para baixo o nível de vida dos trabalhadores de serviços na era digital, bem como corrobora para o espólio de direitos sociais em nome da lucratividade. Em referência à questão da força de trabalho, cabe observar a sua mercantilização, pois, na visão do autor, dos três elementos constitutivos da ficção da mercadoria, o trabalho se sobressai por se tratar “de um termo técnico que designa seres humanos”.

Ao analisar a situação de desregulamentação empregatícia nos anos 1990, quando o neoliberalismo ganhou força no Brasil, Singer (2001) reconhece o agravamento da flexibilização do mercado de trabalho. A política econômica implementada à época promoveu programas de privatizações, ajustes estruturais e intensa desregulamentação do trabalho, refletindo diretamente nas formas contratuais de trabalho terceirizado e na retração das políticas sociais. Para Paulani (2008, p.75, p. 93), “a doutrina neoliberal funcionou como discurso de convencimento num país recentemente redemocratizado”, e na realidade, “estaríamos obtendo o nosso passaporte para o admirável mundo novo na globalização”.

Neste novo século, com o avanço das Novas tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da política neoliberal, houve maior estímulo e condições normativas para flexibilização das relações de trabalho. Dada a mercantilização orientada para o trabalho, o capital diversifica as formas de exploração dos trabalhadores e agrava a situação de vulnerabilidade social. O crescimento das economias de plataforma, o trabalho intermitente e os contratos de emprego na modalidade Microempreendedor Individual (MEI), são exemplos. Situação observada por Antunes (2019), sobretudo quanto ao avanço da precarização do trabalho no setor de serviços, a qual atinge todas as categorias e profissões, colocando muitas delas abaixo dos níveis básicos de sobrevivência.

O cenário de crise e degradação das relações de trabalho na atualidade, reafirma que o capital além de ser uma relação social é também uma relação de apropriação, uma vez que “a origem do lucro está na produção de mais-valor, o processo de valorização possui um incentivo para prosseguir indefinidamente com base na perpétua exploração do trabalho vivo”. (HARVEY, 2018, p. 33).

Essa conjuntura se manifesta no aumento exponencial das taxas de informalização e desemprego na economia urbana. Constata-se o crescimento de trabalhadores exercendo atividades comerciais nas ruas, viadutos, becos e calçadas das grandes cidades, em busca de mínimas condições de sobrevivência. Desse modo, a explosão da informalidade no Rio de Janeiro, “como em diversas outras grandes cidades, essa realidade se expressa fortemente na sua área central, onde se concentram atividades de serviços, comércio e finanças, e bairros populares”. (CAMELÔS: PANORAMA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE HOMENS E MULHERES NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO, 2019, p. 5).

Portanto, faz-se mister uma reflexão acerca do crescimento da informalidade nas grandes metrópoles à luz da multidisciplinaridade. Isso porque, como demonstrou Egler (2020), estamos diante de uma crise informacional a qual se manifesta em prejuízo no conhecimento do território e da realidade dos trabalhadores. Nessa direção, haveria uma tentativa de enfraquecimento da coleta de dados em órgãos oficiais (IBGE e CAGED, por exemplo), especialmente aqueles que corroboram com a precariedade das condições de trabalho para instrumentos de pesquisa, projeções estatísticas, elaboração e implementação de políticas públicas.

Entendemos que estamos vivendo um “apagão informacional” e há indícios de tentativa de manipulação por parte do próprio governo. No que se refere às estatísticas do trabalho, não é diferente. De acordo com a reportagem publicada no site *Repórter Brasil* (2020), os principais meios de mensurar as demissões e as condições dos trabalhadores não são devidamente atualizados desde 2018. Com isso, a PNAD e o Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (CAGED) estão com dificuldades para coletar informações dos trabalhadores brasileiros e a divulgação de dados estatísticos.

A situação da informalidade no Brasil torna-se mais dramática, dada a crise de superacumulação do capital que já estava em curso e o aprofundamento da precarização das relações de trabalho, como constatou Fontes (2020)⁵. Nessa direção, Braga (2017) observara a mercantilização orientada para o trabalho e o aumento das formas de contratação que tendem a pagar menos, sobretudo concentrado nos empregos situados na base da pirâmide social.

Por isso, urge a necessidade de leituras e interpretações dos territórios de comércio popular a partir de condições concretas, com a intenção de descrever como os agentes sociais precarizados se organizam e se articulam no tecido urbano. Além do mais, os imperativos do capital pressionam o circuito inferior da economia na realidade urbana, exigindo dos trabalhadores ligados ao setor popular certo grau de resiliência ao estabelecer, por exemplo, nova relação com agentes financeiros dada a maior oferta de crédito para consumo ou a dependência do uso de máquinas de pagamentos para débito e crédito (SILVEIRA, 2009).

O crescimento das taxas de ocupação informal pressiona a disputa por fatias das riquezas circulantes nos centros comerciais, aprofundando a polarização social nas grandes metrópoles brasileiras. Daí a importância de trazer à luz a situação dos trabalhadores invisibilizados, como no caso do centro comercial de Alcântara, Município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Embora o foco da pesquisa seja Alcântara, pode revelar dinâmicas não isoladas de outros centros comerciais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e de outras grandes metrópoles brasileiras, com igual ou maior importância econômica. Podemos citar o calçadão de Campo Grande (RJ), centro de Bangu (RJ), o mercadão de Madureira (RJ), centro

⁵ Palestra on-line: Crise do coronavírus ou crise do capitalismo? (TV Boitempo). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YvwS9oAyhUU&t=68s>>. Acesso em: 03/06/2021.

de Niterói (RJ), o centro do Rio de Janeiro, Largo 13 de Maio (Santo Amaro – SP), rua Curitiba (Belo Horizonte– MG), entre outros. Por fim, pode contribuir no entendimento e leitura desses territórios que exercem centralidade na circulação riquezas proveniente da comercialização de produtos e serviços.

REFLEXÕES METODOLÓGICAS E O DOMÍNIO DA INVESTIGAÇÃO

A proposta de investigação desta pesquisa, orientado por nossos questionamentos acerca do aumento das taxas de informalidade, almeja se aproximar da compreensão das condições concretas no bairro Alcântara, no município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Neste caso, para descrever as características da natureza do fenômeno e correlacionar as variáveis, destacamos a importância da abordagem empírica, de forma que possibilite ampliar a visão do território, as experiências dos sujeitos e os custos sociais para os trabalhadores informais nas cidades, principalmente nas regiões metropolitanas. Ressalta-se, portanto, a necessidade de tornar o objeto exposto inteligível e compreender os fatores determinantes para ocorrência dos fenômenos (VERGARA, 2014; SANTOS, 2020).

Para o desenvolvimento deste trabalho, abordaremos os atores sociais no recorte espacial mencionado, os camelôs, legalizados ou não, pela prefeitura municipal de São Gonçalo, os feirantes e os “novos informais”. Nessa direção, Santos (2020) ressalta a importância de se observar os elementos do espaço e suas interrelações. Daí a importância, por exemplo, da seleção dos sujeitos, a escolha das variáveis (gênero, raça, escolaridade, entre outras, por exemplo) e a compreensão efetiva da dinâmica espacial localizada, uma vez que cada lugar possui valor particular e é uma fração do espaço total. Em perspectiva similar, Ribeiro (2012), nos chama a atenção para a importância da valorização do lugar, isso sem deixar de nos atentarmos para a compreensão do seu contexto, sua evolução no processo histórico e sobretudo, o momento presente. Nesse sentido, convém reforçar que, as formas geográficas contêm frações do social, portanto, há uma relação dialética entre a forma e o conteúdo.

A dimensão temporal é outro ponto significativo da pesquisa para entender o presente, pois segundo Santos (2020, p 32.), é um “indispensável suporte à compreensão da sua produção”. Por isso, uma proposta de recorte temporal e análise com início no ano de 2017 até o momento presente, teria grande contribuição no entendimento dos processos históricos relativos à degradação das relações de trabalho. Sobretudo porque, neste intervalo, houve um acentuado processo de reestruturação produtiva que precarizou, sequestrou direitos sociais e flexibilizou o trabalho sob tutela do ideário neoliberal. Como por exemplo, as políticas de terceirizações associadas a hipertrofia do setor terciário, a reforma trabalhista e mais recentemente, a reforma da previdência.

Diante disso, ressalta-se a importância no tratamento dos dados de modo que seja possível tratá-los tanto qualitativamente quanto quantitativamente, uma vez que são métodos não excludentes. Portanto, para melhor compreensão das questões levantadas, pretendemos trabalhar com técnicas de entrevista qualitativa (semiestruturada) direcionadas para esses agentes sociais, além disso, faremos uso da observação participativa desses atores e suas práticas espaciais in loco. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 94), quanto a participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo, ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele, fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais destes.

Outro recurso metodológico o qual acreditamos ser de grande valia para extraírmos informações e produzir conhecimento novo, trata-se de uma leitura do nosso objeto de estudo pelas lentes da cartografia social, pois acreditamos que tal perspectiva possibilita formar uma visão plural dos múltiplos agentes envolvidos em nossa pesquisa. Para Almeida (2018, p. 58), a “nova cartografia social”, permite uma abordagem distinta dos métodos sistematizados e menos engessada das proposições utilizadas pela cartografia “tradicional”, geralmente relacionado as grandes empresas e instituições que fazem uso das geotecnologias. Sendo assim,

ao contrário de qualquer significação única, dicionarizada e fechada, a ideia de "nova" visa propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas. A verificação *in loco* de situações empiricamente observáveis remete, sobretudo, a relações de pesquisa e de confiança mútua entre os investigadores e os agentes sociais estudados". (ALMEIDA, 2018, p. 58)

Ademais, as práticas de campo da cartografia social têm por objetivo o mapeamento participativo e colaborativo dos sujeitos na construção e produção do conhecimento, sendo estes, importantes instrumentos de autoafirmação social e entendimento do uso dos territórios relacionado à experiência coletiva.

Por fim, alguns desafios devem ser colocados ao pesquisador, principalmente aqueles que buscam uma transgressão epistemológica na produção de novos conhecimentos. Como nos lembra Bourdieu (2010), procurar não cair em uma sociologia espontânea, se valer do monoteísmo metodológico e das pré-noções. Portanto, é preciso ir além, expandir o diálogo com outras disciplinas e a criatividade na interpretação da ação social no espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vem ocorrendo nas regiões metropolitanas a expansão e o inchaço das atividades comerciais praticadas por agentes sociais condicionados aos circuitos mais baixos na economia urbana. Esse fenômeno apresenta-se na realidade das cidades quando o número de trabalhadores informais desponta quantitativamente no país. Com efeito, o acirramento das desigualdades sociais, intensifica a luta pelo direito ao trabalho nas cidades e pode apontar para construção de solidariedades de classe e formas de organização socioespacial, as quais objetivem criar resistência ao neoliberalismo e a política imposta por governos e grandes empresas.

Esperamos com esta pesquisa, aprofundar a discussão acerca da informalidade no momento contemporâneo, contribuir na elaboração de políticas públicas para superar as condições de degradação das relações de trabalho e enfrentar questões pós-pandemia. Para

isso, faz-se necessário lançar luz sobre as categorias de trabalhadores invisibilizadas no cenário urbano, suas práticas espaciais, identificar suas reivindicações face ao Estado e ampliar a visão dos territórios populares. Daí a importância da pesquisa enquanto instrumento da produção de conhecimento através de dados qualificados e de valorização dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. **Mapas e museus: uma nova cartografia social**. Cienc. Cult. [online]. 2018, vol.70, n.4 [cited 2020-06-15], pp.58-61. Disponível :<<http://cienciaecultura.bvs.br>. Acesso: 25/04/2020.
- ARROYO, M. **A economia invisível dos pequenos**. In: Le Monde Diplomatique. Brasil, ano 2, n. 15, outubro de 2008.
- ARAÚJO, V; MELO, H. **O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014.
- BOURDIEU, P. **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.
- BRAGA, R. **A rebeldia do precariado: trabalho de rebeldia no sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- CAMELÔS: PANORAMA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE HOMENS E MULHERES NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO**. Observatório das Metrôpoles – IPPUR/UFRJ. Movimento Unidos dos Camelôs – MUCA. Janeiro, 2019.
- CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: Do Boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.
- CASTRO, I. E; GOMES, C., Roberto L. **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.
- DINIZ, S. **Possibilidades da economia popular e solidária no Brasil contemporâneo: apontamentos**. Nova Economia: v.29 n.3 p.963-985, 2019.
- GOES, E. et al. **Consumo, crédito e direito à cidade**. Curitiba: Appris, 2019.
- HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2017.
- LAKATOS, E; MARCONI, A. **Métodos científicos. In: Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICHAL, C. **Nova História das Crises Financeiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

MARX, K. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

ORTIGOZA, S. **Geografia e Consumo: Dinâmicas Sociais e a Produção do Espaço Urbano**. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

PRONI, W; GOMES, C. **Precariedade Ocupacional: uma questão de gênero e raça**. Estudos Avançados, 29 (85), p. 137-151, 2015.

PAULANI, L. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POLANYI, K. **A grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma Sociologia do Presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012.

SPOSITO, M.; SPOSITO, E. **Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas**. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 462-479, 19 out. 2017.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. São Paulo, Edusp. 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2020

SILVEIRA, L. **Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo**. Caderno CRH (UFBA), v. 22, p. 65-76, 2009.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, M. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2020.

VERGARA, C. **Projetos e Relatório de Pesquisa em Administração**. – 8. Ed. - São Paulo: Editora ATLAS, 2014.

VIANA, J. **RUPTURAS E CONTINUIDADES. A produção do espaço e o processo de reestruturação: um olhar a partir de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.